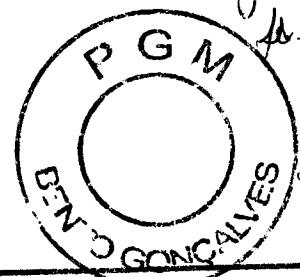


**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO**



**CÂMARA MUNICIPAL DE
BENTO GONÇALVES**
PROCESSO Nº 159/2014

Of. nº 97/2014 - GAB/PL

Bento Gonçalves, 11 de julho de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº 96, que "AUTORIZA O MUNICÍPIO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 90.614,27".

O Setor de Contabilidade, da Secretaria Municipal de Finanças, solicitou que fosse encaminhado a esse Egrégio Poder Legislativo Projeto de Lei autorizando a abrir um Crédito Especial no valor de R\$ 90.614,27 (Noventa Mil, Seiscentos e Quatorze Reais e Vinte e Sete Centavos) na unidade orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura, conforme Convênio nº. 302/13, em anexo.

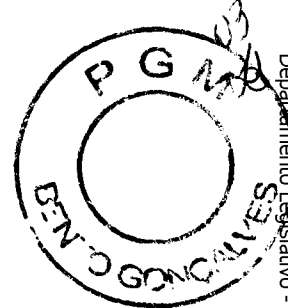
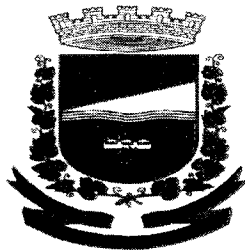
Servirá de recurso para cobertura do crédito especial descrito no art. 1º do projeto de lei, o superávit financeiro da fonte de recurso descrita no próprio art. 1º do projeto de lei.

A abertura do crédito especial constante no art. 1º do projeto de lei se faz necessária para promover a restituição dos recursos advindos do Programa referentes ao exercício anterior, conforme previsto na cláusula nona, do Convênio nº. 743753 firmado em 02 de julho de 2010 com o Ministério da Cultura, em anexo.

Com a implantação do Programa Mais Cultura no Município de Bento Gonçalves – Ação Agentes de Leitura do convênio referido, visava oferecer às famílias, preferencialmente oriundas do Programa Bolsa Família, atividades relacionadas ao estímulo à leitura, à dinamização de acervos e de práticas leitoras compartilhadas, bem como ação cultural como estratégia para inclusão social e desenvolvimento humano.

Para dar prosseguimento ao programa supra, o Ministério da Cultura repassou o valor de R\$ 91.614,16 (noventa e um mil, seiscentos e quatorze reais e dezesseis centavos), conforme pactuado na Cláusula Quarta, parágrafo segundo do Convênio referido.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador VALDECIR RUBBO
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Palácio 11 de Outubro
Nesta Cidade



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO**

Desse valor, apenas R\$ 999,89 (novecentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos) foram utilizados para despesas com divulgação de cartazes e banners do Programa, uma vez que a empresa vencedora do processo licitatório por dispensa e inexigibilidade foi a Gráfica e Editora Bento Gonçalves Ltda.

Ademais, o Município possuía a concessão de 15 bolsas de complementação de renda, no valor mensal de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) aos jovens e adultos, entre 18 e 29 anos, com habilidades para a ação e difusão cultural que atuariam no âmbito de suas comunidades como Agentes de Leitura e com a dedicação de 20 (vinte) horas semanais de trabalho, no período de 12 (doze) meses.

Em março de 2013, no início da nova administração municipal, foram realizadas reuniões entre as Secretarias para verificar a situação financeira do Convênio, porém no intervalo entre o curso de Formação de Agentes de Leitura e as definições administrativas, os 12 (doze) agentes concluintes do curso foram buscando outras oportunidades de estágio e ocupação, restando apenas 01 (um) agente disposto a prosseguir no projeto, número considerado inviável para as devidas execuções do mesmo.

Contudo a inviabilidade do valor mensal da bolsa a ser paga ser inferior ao alto custo de vida do Município e a carga horária semana elevada são considerados fatores limitantes para viabilizar a execução do projeto, uma vez que há grande oferta de empregos e estágios bem remunerados aos jovens entre 18 e 29 anos.

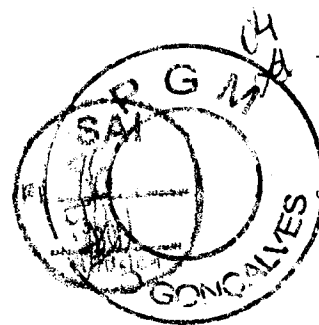
Mediante Termos Aditivos o Convênio supra teve seus prazos prorrogados por mais um ano, findando seu prazo em 25 de abril do presente ano. Devido a não manifestação de interesse, através do SICONV, do Município, o Ministério da Cultura cientificou através do ofício nº. 11/2014-CGL/DLLL/B/FBN a prestação de contas a fim de restituir os recursos, conforme os termos do art. 56 da Portaria MPOG/MF/CGU nº. 127/2008.

Portanto, segue o incluso Projeto de Lei para análise e deliberação desse Egrégio Poder Legislativo.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,


GUILHERME RECH PASIN
Prefeito Municipal



CONVÊNIO Nº 743753/2010 - MINC/FNC
PROCESSO Nº 01400.011908/2010-89

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA
CULTURA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE
BENTO GONÇALVES, PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA.

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO DA CULTURA**, com sede em Brasília/DF, na Esplanada dos Ministérios - Bloco "B", 4º andar, inscrito no CNPJ/MF nº 01.264.142/0002-00, na qualidade de **CONCEDENTE**, pela autoridade competente que este subscreve, devidamente identificado abaixo, e na qualidade de **CONVENIENTE** a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES** órgão do setor público municipal, situada à Rua Marechal Deodoro, 70 - bairro Centro, Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul - CEP 95.700-000, inscrita no CNPJ sob o nº 87.849.923/0001-09, neste ato representado pelo Exmo. Sr. **PREFEITO**, o Sr. **ROBERTO LUNELLI**, residente e domiciliado no Distrito Linha São Valentin, Nº 2354, Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul - CEP 95700-000, portador da Carteira de Identidade nº 6036667282, Órgão expedidor SSP/PC-RS e CPF nº 458.728.800-49 e considerando que é de interesse da **CONCEDENTE** a promoção da cultura nacional e que o desenvolvimento da cultura também constitui uma das áreas de atuação do **CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO**, buscando dar efetividade às normas dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal; com fundamento nos dispositivos da Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 e no Decreto nº 5.761, de 2006; no Decreto Nº 6.226, de 4 de outubro de 2007 e Decreto Nº 6.630, de 4 de novembro de 2008; sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei nº 8.666, de 21.06.93, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 e suas alterações, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. Portaria Interministerial nº 127 de 29 de maio de 2008, e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **CONVÊNIO** tem por objeto a mútua cooperação e colaboração recíproca dos partícipes, na implementação do **PROGRAMA MAIS CULTURA NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES-RS** - Ação Agentes de Leitura, concebido para oferecer à famílias, preferencialmente oriundas do Programa Bolsa Família, residentes em comunidades, bairros e municípios com baixos índices de IDH e IDEB, atividades relacionadas ao estímulo à leitura, à dinamização de acervos e de práticas leitoras compartilhadas, ação cultural como estratégia para inclusão social e desenvolvimento humano, favorecendo a democratização dos saberes, a construção da identidade e da cidadania e promovendo a integração entre comunidades, escolas, bibliotecas e pontos de leitura. O projeto que se insere dentro da Ação Agentes de Leitura, no Programa de Trabalho, 12.366.1060.8526.0001, capacitação.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho especialmente elaborado e que passa a fazer parte integrante deste **CONVÊNIO**, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

I - A CONCEDENTE compete:

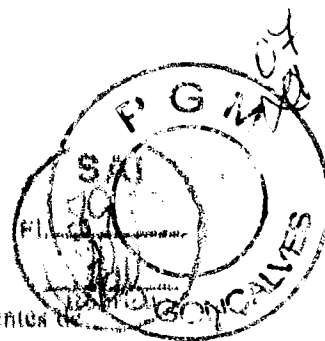
- a) supervisionar e fiscalizar os trabalhos conveniados, cabendo-lhe especificamente acompanhar as atividades a ser executadas, verificar a exata aplicação dos recursos deste **CONVÊNIO** e avaliar os resultados;
- b) promover o repasse dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso e com o disposto na **CLÁUSULA QUINTA**;
 - a) prorrogar "de ofício" a vigência do **CONVÊNIO**, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- b) assumir ou transferir a responsabilidade pelo objeto do **CONVÊNIO**, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a sua descontinuidade;
- c) aplicar as penalidades previstas e proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, observada a **CLÁUSULA NONA**;
- d) notificar no prazo de até dez dias, a celebração do instrumento e a liberação dos recursos à Assembleia Legislativa ou à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do conveniente, conforme o caso;
- e) viabilizar, orientar e avaliar a Coordenação Pedagógica Nacional do projeto;
- f) contribuir na etapa de seleção das famílias beneficiárias dos Agentes de Leitura;
- g) realização do I Encontro Nacional dos Agentes de Leitura;
- h) consolidação de dados de acompanhamento e avaliação, de registros fotográficos e videográficos para a editoração e produção de livro e audiovisual memória do projeto.

II - A CONVENIENTE compete:

- a) depositar, se for o caso, o valor correspondente a contrapartida na conta bancária específica do **CONVÊNIO** em conformidade com o cronograma de desembolso;
- b) aplicar os recursos repassados pelo **CONCEDENTE** e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante da **Cláusula Primeira**;
- c) restituir o eventual saldo de recursos ao **CONCEDENTE**, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão deste **CONVÊNIO**, bem como recolher os relativos ao percentual à contrapartida pactuada não utilizada;



- d) observar nas aquisições e/ou contratações, os procedimentos estabelecidos no artigo 49 da Portaria Interministerial n.º 127/2008;
- e) dar ciência da celebração ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
- f) notificar, se houver, o conselho municipal ou estadual responsável pela respectiva política onde será executada a ação;
- g) executar fielmente o CONVÊNIO de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente;
- h) no caso de obras, apresentar trimestralmente relatórios de execução físico-financeira e relatório fotográfico;
- i) prestar contas dos recursos recebidos, na forma da CLÁUSULA OITAVA;
- j) utilizar os bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste CONVÊNIO exclusivamente na continuidade do objeto previsto na CLÁUSULA PRIMEIRA;
- k) atender com presteza as solicitações do CONCEDENTE;
- l) ceder ao Ministério da Cultura nos termos do art. 111 da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a título universal, todos os direitos patrimoniais dos documentos e das gravações ou fixações, de som e/ou imagem em suporte físico de qualquer natureza, realizados em razão do presente convênio, podendo utilizá-los a seu exclusivo critério e, disponibilizar ao Ministério da Cultura 10 % das obras produzidas, se for o caso;
- m) incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial n.º 127/2008, mantendo-o atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos no mesmo sistema;
- n) inserir cláusulas nos contratos celebrados para execução do CONVÊNIO que permitam o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, na forma do art. 44, Portaria Interministerial n.º 127/2008;
- o) disponibilizar ao cidadão, por meio da internet ou na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do CONVÊNIO ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;
- p) instituir a Coordenação Estadual do projeto convidando, nomeando, contratando ou disponibilizando integrantes das equipes técnicas do CONVENIENTE e de secretarias e fundações de educação, ação social ou pastas vinculadas ao projeto;
- q) executar, em sua esfera de atuação, as etapas referentes à seleção e capacitação de elementos relacionados à implementação do projeto e acompanhamento e avaliação das atividades dos Agentes de Leitura;
- r) definição de mecanismos e celebração de contratos pertinentes ao repasse das bolsas de complementação de renda dos Agentes de Leitura;
- s) nomear Comissão de Seleção de Acervo do projeto;
- t) realizar as licitações referentes à aquisição dos insumos necessários para a atividade dos Agentes de Leitura: acervo, bicicletas, mochilas e uniforme;
- u) selecionar famílias do cadastro do Programa Bolsa Família para atendimento pelos Agentes de Leitura;
- v) desenvolver e distribuir panfleto informativo do projeto junto à comunidade beneficiada;
- 424



- w) efetuar registro fotográfico e videográfico das atividades dos Agentes de Leitura, conforme Termo de Referência do projeto;
- x) contratar e acompanhar serviço de avaliação externa do projeto, conforme critérios e metodologias definidas pela Coordenação Pedagógica Nacional.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total deste convênio é de R\$ 114.517,70 (cento e catorze mil, quinhentos e dezessete reais e setenta centavos).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para a execução das atividades previstas neste CONVENIO, prevê-se a seguinte distribuição entre as partes:

I - CONCEDENTE: R\$ 91.614,16 (noventa e um mil, seiscentos e catorze reais e dezesseis centavos) à conta do Projeto/Atividade: 12.366.1060.8526.0001, PTRS: 020889, Elemento de Despesa: 33.40.41, Nota de Empenho Nº 2010NE900083.

II - CONVENIENTE: R\$ 22.903,54 (vinte e dois mil, novecentos e três reais e cinquenta e quatro centavos), correspondentes à contrapartida do CONVENIENTE em recursos financeiros, conforme descrito no cronograma físico-financeiro do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão liberados de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

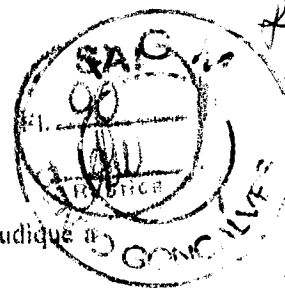
Os recursos referentes ao presente CONVÊNIO, desembolsados pela CONCEDENTE, e CONVENIENTE, quando for o caso, serão mantidos na conta específica do Banco 001, Agência 0181-3, na cidade de Bento Gonçalves-RS, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: os recursos depositados na conta bancária específica do convênio, enquanto não empregados na sua finalidade serão obrigatoriamente aplicados:

- a) em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e
- b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os saques na conta bancária específica do projeto serão exclusivamente efetuados para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa, ainda que em caráter de emergência, sendo que os saldos não utilizados serão, obrigatoriamente, aplicados na instituição bancária onde a conta bancária

fy



foi aberta, em títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, cuja liquidez não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, serão obrigatoriamente computados a crédito do CONVÊNIO e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, estando sujeitas das mesmas condições de prestações de contas exigidas para os recursos transferidos, devendo constar de demonstrativa específica que integrará a prestação de contas.

PARÁGRAFO QUARTO - É expressamente vedada a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar; pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

O CONCEDENTE fará o acompanhamento da execução deste CONVÊNIO, além do exame das despesas, com avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos de que trata a prestação de contas referida na CLÁUSULA OITAVA, a fim de verificar a correta aplicação dos recursos e o atingimento de objetivos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes e os de controle interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União terão livre acesso ao processo, documentos, informações referentes ao convênio, bem como aos locais de execução do objeto, nos termos do inciso XVI do art. 30 da Portaria MP/MF/CGU nº 127/2008.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONCEDENTE, no exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, ou a quem este delegar, poderá: a) valer-se do apoio técnico de terceiros, b) delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos e c) reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento, nos termos do Parágrafo 2º, do art. 53 da Portaria MP/MF/CGU nº 127/2008.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE ficará sujeito a apresentar a Prestação de Contas do total dos recursos recebidos do CONCEDENTE, até 30 (trinta) dias após o prazo previsto para encerramento da vigência do Convênio, expresso no Plano de Trabalho, sem prejuízo da prestação parcial de contas requeridas pelo CONCEDENTE, a qualquer tempo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prestação de contas será constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhado dos elementos descritos no art. 58 da Portaria Interministerial nº 127/2008, compreendendo os seguintes documentos:

- a) Ofício de Encaminhamento;
- b) Cópia do Plano de Trabalho;
- c) Cópia do Termo de Convênio;

[Assinatura]



- d) Relatório de Execução Físico-Financeira;
- e) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos, a contrapartida e os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;
- f) Relação de Pagamentos;
- g) Extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária quando for o caso;
- h) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pelo responsável pelo projeto, quando for o caso;
- i) Cópia do despacho adjudicatório das licitações realizadas, ou justificativas para sua dispensa, com o embasamento legal;
- j) Cópia do termo de aceitação definitivo da obra, quando o instrumento objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia ou quando for o caso;
- k) Relação de Bens Adquiridos, Produzidos, transformados ou Construídos, se for o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, notas fiscais, recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos dentro da vigência do instrumento e em nome da **CONVENIENTE**, com a identificação do título e número deste **CONVÊNIO** e mantidos em arquivos em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da tomada de contas do gestor do **CONCEDENTE**, pelo Tribunal de Contas da União, relativa ao exercício em que ocorreu a concessão.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A inidoneidade ou irregularidade na prestação de contas inabilita o **CONVENIENTE** a participar de novos convênios, acordos ou ajustes com a Administração Federal, por prazo não inferior a 2 (dois) anos.

CLÁUSULA NONA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

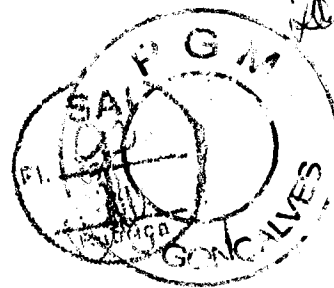
O **CONVENIENTE** compromete-se a restituir o valor transferido e recolher o valor da contrapartida pactuada, atualizada monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação da prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente **CONVÊNIO**, ainda que em caráter de emergência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Compromete-se, ainda o **CONVENIENTE**, a recolher à conta do **CONCEDENTE** o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os bens de capital adquiridos com recursos do **CONVÊNIO** constituem garantia real em favor da **CONCEDENTE**, em montante equivalente aos recursos de capital destinados ao **CONVENIENTE**, cuja execução ocorrerá quando se verificar desvio de finalidade ou aplicação irregular de recursos.

fm



CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Fica assegurado ao **CONCEDENTE**, através dos órgãos responsáveis, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle e da fiscalização sobre a execução deste **CONVÊNIO**.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de paralisação, ou de fato relevante que venha a ocorrer, fica, também, assegurado ao **CONCEDENTE** a faculdade de assumir a execução do serviço, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste **CONVÊNIO** será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes na data de extinção, denúncia ou rescisão deste **CONVÊNIO**, e que em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos transferidos, serão de propriedade do **CONVENENTE**, não sendo permitida sua utilização em qualquer outra ação que não esteja dentro do escopo do objeto pactuado; e em caso de dissolução da Instituição, estes serão destinados para outra Instituição congênera a critério do **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente **CONVÊNIO** poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-se-lhes, igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO ÚNICO - O inadimplemento de quaisquer Cláusulas deste instrumento, a utilização de recursos em desacordo com o Plano de Trabalho, a aplicação de recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Sexta, a falta de apresentação da prestação de contas no prazo estabelecido, ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA MODIFICAÇÃO OU PRORROGAÇÃO

Este **CONVÊNIO** poderá ser modificado ou prorrogado, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de **TERMO ADITIVO**, solicitada pelo **CONVENENTE** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do prazo de vigência, previsto na **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Excepcionalmente, admitir-se-á modificação da programação de execução do **CONVÊNIO**, a qual será previamente apreciada ficando a critério do **CONCEDENTE** a sua aprovação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedado a modificação do **CONVÊNIO** com alteração do **OBJETO**.

fy



CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA DIVULGAÇÃO

A eventual publicidade dos atos derivado do CONVÊNIO deverá ter caráter meramente educativo, informativo ou de orientação social, cuidando para que dela não constem informações ou imagens tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre os candidatos nos pleitos eleitorais.

Parágrafo Único. Fica vedado às partes as seguintes condutas:

I - utilizar nos empreendimentos resultantes deste Convênio, nomes símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e

II - entre 03 de julho de 2010 e 03 de outubro de 2010, podendo estender-se até 31 de outubro de 2010, se houver segundo turno, incluir marcas, slogans, ou tudo que possa constituir sinal distintivo de ação de publicidade institucional do Poder Executivo Federal, inclusive as marcas "Brasil. Um País de Todos" e "Mais Cultura" (quando for o caso, em quaisquer suportes utilizados como meios de divulgação, como placas, folders, rádio, televisão, internet, jornais, revistas e outras publicações.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

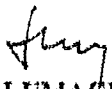
A publicação resumida deste Convênio, no Diário Oficial da União, será providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura.


CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste CONVÊNIO, que não possam ser resolvidos pela mediação administrativa, as partes elegem o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do artigo 109 da Constituição Federal.

É por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em juízo e fora dele.

Brasília-DF, 02 de julho de 2010


SILVANA LUMACHI MEIRELES
Secretária de Articulação Institucional
Ministério da Cultura

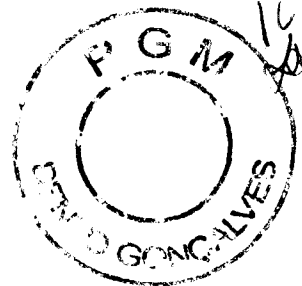

ROBERTO LUNELLI
Prefeito
Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves-RS

1ª TESTEMUNHA

Nome:
Identidade:
CPF.:

2ª TESTEMUNHA

Nome:
Identidade:
CPF.:

**TERMO ADITIVO Nº 01/2012 MINC**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 743753/2010 – MINC/FNC, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA CULTURA E O MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES/RS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

PROCESSO Nº 01400.011908/2010-89

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO DA CULTURA**, com sede em Brasília/DF, na Esplanada dos Ministérios - Bloco "B", 4º andar, inscrito no CNPJ/MF nº 01.264.142/0002-00, na qualidade de **CONCEDENTE**, pela autoridade competente que este subscreve, devidamente identificada abaixo, e na qualidade de **CONVENIENTE** o **MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES**, órgão da Administração Pública Municipal, situado na Rua Marechal Deodoro, 70 - Centro - CEP: 95700-000, Bento Gonçalves/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 87.849.923/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. ROBERTO LUNELLI, residente e domiciliado à Linha São Valentin, 2354 – CEP: 95.012-580, Caixias do Sul/RS, portador da Carteira de Identidade nº 603.666.728-2 Órgão Expedidor – SSP/RS e CPF nº 458.728.800-49 e considerando que é de interesse da **CONCEDENTE** a promoção da cultura nacional e que o desenvolvimento da cultura também constitui uma das áreas de atuação do **CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, buscando dar efetividade às normas dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal; com fundamento nos dispositivos da Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 e no Decreto nº 5.761, de 2006; sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei nº 8.666, de 21.06.93, e suas alterações no que couber, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 127 de 29 de maio de 2008 e suas alterações, tem justo e acordado o presente Termo Aditivo, nos termos e condições estipulados nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO ADITIVO** tem por objeto a prorrogação da vigência do convênio 743753/2010 por 12 meses, alterando a Cláusula Décima Segunda – Do Prazo de Vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.



CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste TERMO ADITIVO, no Diário Oficial da União, será providenciada pela CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura.

Brasília-DF, 25 de maio de 2012.

**JOÃO ROBERTO COSTA DO
NASCIMENTO**
Secretário de Articulação Institucional
Ministério da Cultura

ROBERTO LUNELLI
Prefeito
Município de Bento Gonçalves/RS

1ª TESTEMUNHA

Nome: MICHELE GASPERIN PILETTI
Identidade: 6056239161
CPF.: 950.298.000-00

2ª TESTEMUNHA

Nome: CLAUDIA ADRIELE FERRARI
Identidade: 8042087471
CPF.: 59912065034



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL



TERMO ADITIVO Nº 02/2013
TERMO DE CONVÊNIO MINC Nº 743753/2010
PROCESSO MINC Nº 01400.011908/2010-89

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE
CONVÊNIO MINC Nº 743753/2010 FIRMADO ENTRE
A FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL E A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

A **FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL**, pessoa jurídica de direito público, instituída nos termos da Lei nº 8.029/90, vinculada ao Ministério da Cultura, sediada na Avenida Rio Branco nº 219/239, Centro, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 40.176.679/0001-99, na qualidade de **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu Presidente, **RENATO DE ANDRADE LESSA**, portador da Carteira de Identidade nº CY713666DPFRJ e cadastrado no CPF nº 359.289.647-49, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 70, Centro, Bento Gonçalves, RS, inscrita no CNPJ nº 87.849.923/0001-09, na qualidade de **CONVENIENTE**, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. **GUILHERME RECH PASIN**, portador da Carteira de Identidade nº 3067647581 – SJS/RS e cadastrado no CPF nº 818.526.490-20, e considerando que faz parte integrante da função institucional do **CONCEDENTE** a promoção da cultura nacional e que o desenvolvimento da cultura também constitui área de atuação do **CONVENIENTE**, celebram o presente Instrumento Aditivo em consonância com a cláusula décima quarta do Convênio MINC nº 743753/2010, com as normas dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal; com fundamento nos dispositivos da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, no que couber; Decreto nº 93.872, de 23.12.1986; Decreto nº 6.170, de 25.07.2007 e Portaria Interministerial (MP/MF/CGU) nº 127, de 29/05/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar de 25/05/2013 para 25/05/2014, o prazo de vigência do Termo de Convênio MINC nº 743753/2010, firmado anteriormente entre as partes em 02/07/2010.

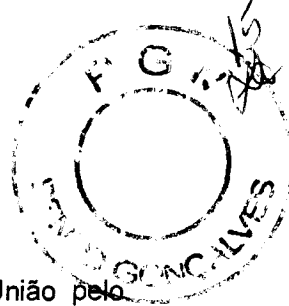
PARÁGRAFO ÚNICO – A citada prorrogação não implica na ocorrência de quaisquer acréscimos financeiros aos recursos já repassados pelo partícipe Concedente ao Conveniente e originariamente pactuados, não ensejando, por conseguinte, inclusão de Cláusula neste Instrumento Aditivo, que verse sobre acréscimo de Dotações Orçamentária e Financeira.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam integralmente ratificadas as demais Cláusulas e condições anteriormente pactuadas, desde que não contrariem as previstas neste Instrumento.



[Handwritten signature]



CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial da União pelo CONCEDENTE, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da sua assinatura.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em juízo, e, fora dele.

Rio de Janeiro, 23 de Maio de 2013.

RENATO DE ANDRADE LESSA
Presidente
Fundação Biblioteca Nacional



GUILHERME RECH PASIN
Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves

1ª TESTEMUNHA

Nome: _____
Identidade: _____
CPF: _____

2ª TESTEMUNHA

Nome: _____
Identidade: _____
CPF: _____





MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação Biblioteca Nacional
Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas



Formulário de Monitoramento			
Processo: 01400.011908/2010-89		UF: RS	Exercício: 2013/2014
Pronac: 105099		Período vigência: 25/05/2013 a 25/05/2014	
Nome do projeto: Programa Mais Cultura no Município de Bento Gonçalves – Ação Agentes de Leitura			
Conveniente: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves		CNPJ: 87.849.923/0001-09	
Convênio: 743753/2010 – MINC/FNC		Data da publicação D.O.U.: 02/07/2010	
Banco: Banco do Brasil		Agência: 0181-3	Conta: 61.579-x
Objeto: Ação Agentes de Leitura			
Endereço da obra: Rua Herny Hugo Dreher, 127 – B. Planalto – Bento Gonçalves – RS – CEP 95700-000			

Resumo da execução

- Data da liberação dos recursos/recebimento dos recursos: depósito do MinC em 01/06/2011 no valor de R\$91.614,16, contrapartida do Município depositada na mesma conta dia 03/06/2011 no valor de R\$22.903,54.
- Informar prorrogação de vigência: Termo aditivo nº 01/2012 MINC – até 25.05.2013
Termo aditivo nº 02/2013 MINC – até 25.05.2014
- Informar se ocorreu suspensão de execução: Não houve interrupção na execução do convênio.
- Informar se o objeto foi totalmente, parcialmente ou não cumprido: O objeto foi parcialmente cumprido
- **Ações programadas:**
 - 1 Seleção Agentes de Leitura
 - 2 Aquisição de acervo
 - 3 Aquisição de Mochila
 - 4 Aquisição de bicicletas
 - 5 Aquisição de KIT Camiseta/bonés
 - 6 Participação no I Encontro Agentes de Leitura em Brasília
 - 7 Avaliação do Projeto
 - 8 Participação no Curso de Formação continuada de Agentes de Leitura no Rio de Janeiro
 - 9 Promover formação continuada de Agentes de Leitura
 - 10 Certificação dos Agentes de Leitura
 - 11 Implantação do Programa Agentes de Leitura
 - 12 Registro fotográfico, videográfico e divulgação do Projeto
- **Ações executadas:**
 - 1. Seleção de Agentes de leitura




- Definição da Coordenação Municipal do Projeto Agentes de Leitura
- Definição das seguintes Comissões: Seleção do Acervo, Seleção dos Agentes de Leitura, Formação dos Agentes, Seleção das Famílias
- Definição das Comunidades a serem atendidas pelo projeto
- Desenvolvimento de material de divulgação (folders e cartazes) para divulgação do edital
- Lançamento do Edital para Seleção dos Agentes de Leitura
- Ações de divulgação do Edital de Seleção
- Prorrogação do prazo de inscrições ao Edital de Seleção de Agentes
- Solicitação, via ofício à SAI, de mudanças de critérios de seleção dos agentes, com a finalidade de abrir um novo edital seletivo, sem retorno por parte deste órgão
- Abertura de novo edital de seleção de agentes de leitura
- Processo seletivo:
 - ENCERRAMENTO DAS INSCRIÇÕES – 15 DE OUTUBRO
 - DIVULGAÇÃO DOS HABILITADOS – 19 DE OUTUBRO
 - PROVA DE SELEÇÃO – ESCRITA E ORAL – 27 DE OUTUBRO
 - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA SEGUNDA FASE – 01 DE NOVEMBRO
 - ENTREVISTAS E ANÁLISE DE CURRÍCULOS – 05 A 10 DE NOVEMBRO
 - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA TERCEIRA FASE – 13 DE NOVEMBRO
 - PRAZO PARA RECURSOS – 14 A 19 DE NOVEMBRO
 - PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL – 21 DE NOVEMBRO
- *2 Aquisição de acervo*
-Realização da Seleção do Acervo
- *3 Aquisição de Mochila: não executada*
- *4 Aquisição de bicicletas: não executada* - Solicitação de ajustes ao Plano de Trabalho , visando substituir a aquisição de bicicletas por aquisição de passagens urbanas
- *5 Aquisição de KIT Camiseta/bonés : não executada* - Solicitação de ajustes ao Plano de Trabalho, incluindo a aquisição de casacos, pelas baixas temperaturas da região.
- *6 Participação no I Encontro Agentes de Leitura em Brasília: executada com recursos próprios do conveniente, em virtude solicitação de ajustes ao Plano de Trabalho, visando o aumento dos recursos para estas despesa.*
- *7 Avaliação do Projeto: não executado*
- *8 Participação no Curso de Formação continuada de Agentes de Leitura: executada com recursos próprios do conveniente, participação na Capacitação de formadores de Agentes de Leitura, no Rio de Janeiro, de Eunice Pigozzo e Sandra Maria Zeni, da equipe de coordenação do Projeto.*
- *9 Promover formação continuada de Agentes de Leitura: executada com recursos próprios do conveniente, realização de formação dos Agentes de leitura selecionados – 24 DE NOVEMBRO a 15 DE DEZEMBRO DE 2012*
- *10 Certificação dos Agentes de Leitura: executada com recursos próprios do conveniente, realização de solenidade de certificação no dia 15 de dezembro de 2012.*
- *11 Implantação do Programa Agentes de Leitura: não executado*
- *12 Registro fotográfico, videográfico e divulgação do Projeto: não executado*
- **Benefícios alcançados**
- O envolvimento da equipe técnica no movimento nacional de incentivo à leitura, e a oportunidade de capacitação desta equipe para o desenvolvimento da Ação Agentes de Leitura foram alguns dos

benefícios alcançados até esta fase do projeto, bem como o envolvimento de diferentes secretarias municipais na questão do trabalho com leitura;

- Com o lançamento de um novo edital e a mudança de estratégias de divulgação, foi possível alcançar um número mínimo de agentes para o início dos trabalhos, para que se dê visibilidade para a ação, construindo uma rede de leitura no município, estimulando a participação de mais jovens na ação, proporcionando o pleno desenvolvimento da ação para o aumento do índice de leitura no município de Bento Gonçalves;
- Autorização de alteração de critérios de seleção de agentes, especificamente na flexibilização da escolaridade, o que aumentou o público-alvo do Projeto;
- A realização da formação aos agentes de leitura, efetuada por servidores da própria Prefeitura, serviu como estímulo para que a equipe envolvida se preparasse e buscasse maiores conhecimentos nas áreas a serem trabalhadas com os agentes e durante o desenvolvimento do projeto.

- ***Dificuldades encontradas***

- Primeiro Edital com poucos inscritos;
- Mudanças excessivas nas equipes de apoio, tanto do Ministério da Cultura/FBN como na Secretaria Municipal da Cultura de BG, o que acarretou atrasos no andamento das solicitações efetuadas aos dois órgãos;
- Demora e falta de retorno para as solicitações realizadas via SICONV ou ofício à equipe técnica do Ministério da Cultura;
- Programa com ações muito engessadas, sem levar em consideração as particularidades de cada região, no que se refere à escolaridade e ao valor da Bolsa, considerada, para a região Sul do país, como muito baixa e pouco atrativa, devido à exigência do trabalho a ser desenvolvido e a carga horária disponível.
- As particularidades de clima e topografia não foram levadas em consideração na concepção do projeto, o que provoca inadequações nos insumos a serem adquiridos, como bicicletas e camisetas. O clima frio da região sul é diferenciado do restante do país e isso deve ser considerado.
- Dificuldade em reter os agentes de leitura selecionados e formados pelo baixo valor da Bolsa a ser paga aos mesmos.



Demonstrativo da receita e despesa – (em reais)*Receita*

Recebidos do MinC: R\$ 91.614,16
 Contrapartida: R\$ 22.903,54
 Rendimentos de aplicação: R\$ 24.737,85
 Outras fontes: -
 Total: R\$ 138.255,36

Despesa

Despesas realizadas: R\$ 999,89

Total: R\$ 999,89



Empresas que apresentaram propostas válidas

Serviço contratado:

CNPJ	Nome	Valor (R\$)	Vencedora
73273088/0001-99	Gráfica e Editora Bento Gonçalves Ltda.	R\$ 999,89	X
00.551.448/0001-45	Gráfica São Roque	R\$ 2.100,00	
07.547.002/0001-44	Zangraf Gráfica e Edit. Ltda.	R\$ 1.875,00	

Conformidade Lei 8.666/93: (1) 1. Sim
 2. Não

Data da homologação: Programa Projeto Atividade
 Documento Data pagamento Pago (R\$)
 373 - CULTURA VIVA - PROGRAMA CULTURA VIVA
 1286 - AGENTES DE LEITURA
 Empenho 23264 26/12/2012 999,89

Possui contrato (2) 1. Sim Contrato: Data da assinatura: __/__/____ Valor contratado (R\$)
 2. Não

Ordem de serviço: Data: __/__/____ Período de execução: __/__/____ a __/__/____

Forma de pagamento: Depósito bancário

Os procedimentos encontram-se em ordem e com as folhas numeradas (artigo 38)? (2) 1. Sim 2. Não

Nas empresas em questão há sócios em comum? (2) 1. Sim 2. Não

Modalidade de licitação 1. Concorrência 3. Convite 5. Leilão 7. Dispensa e
 dispensa: (7) 2. Tomada de preços 4. Concurso 6. Pregão eletrônico Inexigibilidade

Valor abaixo de R\$ 8.000,00.

Percentual de Execução

Do projeto – **no envio do formulário:** 35%

Data estimada para conclusão: 25/05/2014

Local e data: Bento Gonçalves, 01 de julho de 2014.

Responsável pela execução

Conveniente

Jovino Nolasco de Souza
Secretário Municipal da Cultura

Guilherme Rech Pasin
Prefeito Municipal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE BENTO GONCALVES**

CNPJ: 87.849.923/0001-09

R. Osvaldo Aranha, 1075 - Centro - CEP 95700-000

Fone/Fax: (54) 3055- 7100 / (54) 3055-7182

Dotação: 001154
Órgão: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA
Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA
Função: 13 - Cultura
Sub-Função: 392 - Difusão Cultural
Programa: 373 - CULTURA VIVA - PROGRAMA VIVA CULTURA
Projeto/Atividade: 1.286 - Agentes de leitura
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Sub-Elemento: 3.3.90.39.63.00.00.00 - Serviços Gráficos
Recurso: 1113 - AGENTES DE LEITURA
R. Contrapartida: -

Credor: 28912 - GRAFICA E EDITORA BENTO GONCALVES LTDA - EPP

Endereço: R. ANGELO SALTON, 125 -

Cidade: BENTO GONCALVES

C.N.P.J. 73-273-088/0001-99

Banco: 041 - BANRISUL

Agência: 130-56

C. Corrente: 060278720-1

UF: RS CEP: 95700-000

Inscr. Est./Ident. Prof.: 010/0069037

Fone: 5425213601

Fax: 54

Email: laudir@graficabento.com.br

NOTA DE EMPENHO

Nº. Via	Nº. Páginas	Empenho
01 de 01	23264 / 2012	
Tipo	Recurso	
Ordinário	1113	
Licitação		
Dispensa de Licitação	pr. Compras e Serv.	
Num. Processo/Ano	Aut. Fornecimento	
Emissão	Vencimento	
26/12/2012	26/12/2012	
Valor do Empenho		999,89
Numero Contrato:		
Reajuste		

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DO PROJETO AGENTES DE LEITURA - CONV. DO MINISTERIO DA CULTURA REGULARIZAÇÃO DO EMPENHO Nº 12885/12, PARA TROCA DE RECURSO, CONFORME SOLICITAÇÃO EM OFICIO Nº 145/2012	UN	1,000	999,8900	999,89
Total empenhado :					999,89

Histórico:

MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DO PROJETO AGENTES DE LEITURA - CONV. DO MINISTERIO DA CULTURA REGULARIZAÇÃO DO EMPENHO Nº 12885/12, PARA TROCA DE RECURSO, CONFORME SOLICITAÇÃO EM OFICIO Nº 145/2012

Fica empenhada a importância de R\$ 999,89 (novecentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos)

Local de Entrega:

Empenhado	Conferido	ORDEM DE PAGAMENTO
Vanessa Lerin Marini		DATA: ____/____/____
		SIMONE AZEVEDO DIAS Secretário de Finanças

Lançamentos Contábeis para Liquidação:

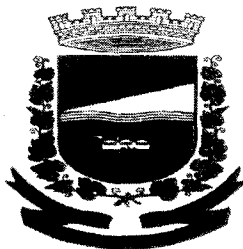
Conta	Assinatura	Conta	Assinatura	Conta	Assinatura
D - :		D - :		D - :	
C - :		C - :		C - :	

Vencimento - :					
Ordem Pgto - :					
Valor - :					
Vencimento - :					
Ordem Pgto - :					
Valor - :					

TESOURARIA

DOCUMENTO Nº _____

CHEQUE / TED Nº _____



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO**

PROJETO DE LEI Nº 96, DE 11 DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A
ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO
VALOR DE R\$ 90.614,27.

Art. 1º É o Município de Bento Gonçalves autorizado a abrir um crédito especial no valor de R\$ 90.614,27 (noventa mil seiscentos e quatorze reais e vinte e sete centavos), na unidade orçamentária que segue:

Órgão 18 Secretaria Municipal de Cultura
Unidade 1 Secretaria Municipal de Cultura
Função 13 Cultura
Subfunção 392 Difusão Cultural
Programa 371 Desenvolvimento Cultural
Projeto/Atividade 1286 Agentes de Leitura
Categoria 3.3.30.93 Indenizações e Restituições - 1428
Recurso 1113 Agentes de Leitura
Valor R\$ 90.614,27

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do crédito especial descrito no artigo anterior, o superávit financeiro apurado na fonte de recursos acima descrita.

Art. 3º A abertura do crédito especial constante no art. 1º do projeto de lei se faz necessária promover a restituição dos recursos advindos do Programa referentes ao exercício anterior, conforme previsto na cláusula nona, do Convênio nº. 743753 firmado em 02 de julho de 2010 com o Ministério da Cultura.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO
GONÇALVES, aos onze dias do mês de julho de dois mil e quatorze.


GUILHERME RECH PASIN
Prefeito Municipal